

# A Construção da Relação da Dupla de Terapeutas no Atendimento de uma Família

Ricardo Woisky<sup>1</sup>  
Bárbara Franco de Vitta<sup>2</sup>

## Resumo

*O formato de atendimento a famílias e casais em coterapia é uma prática bastante difundida entre as abordagens de atendimento familiar sistêmico. Este artigo propõe uma reflexão sobre como a relação entre os terapeutas de campo foi se construindo no contexto de um atendimento de família. Para isso, fragmentos do atendimento foram utilizados como disparadores para essa reflexão, cujo processo de construção evidenciou a identificação, a nomeação e a apropriação dos sentimentos e recursos dos terapeutas.*

**Palavras-chave:** coterapia; terapia familiar; pós-modernismo.

## ***The Formation of the Relationship of a Pair of Therapists in Attendance a Family***

## Abstract

*The format of attendance to families and couples in co-therapy is a practice that has been widely disseminated within the approaches of systemic family attendance. This article puts forward a reflection on how the relationship between the field therapists has been built in the context of family attendance. For this end, fragments of attendance provided have been utilised for this reflection, where the formation process has shown the identification, designation and appropriation of the feelings and resources of the therapists.*

**Keywords:** co-therapy; family therapy; post-modernism.

---

<sup>1</sup>Terapeuta de família e casal, Facilitador de grupos e Mediador de conflitos, vinculado ao Mediadora – Instituto de Mediação Transformativa e à Clínica Turaya Saúde.

<sup>2</sup>Psicóloga, Terapeuta de família e casal, Neuropsicóloga e Psicopedagoga vinculada à Clínica Turaya Saúde.

## Introdução

O presente texto representa uma reflexão a posteriori sobre a relação entre a dupla de terapeutas no contexto de um atendimento familiar realizado no Instituto Famíliae em São Paulo-SP durante o curso de formação em terapia de casal e família.

Diversos autores discorrem sobre a importância do atendimento em dupla ou coterapia, seja em terapia de casais, família ou grupo (Paiva, 1991; Sa Ingber & Oliveira, 1983; Souza & Adad, 1989; Zavaschi, Salle & Santis, 1990). Vicente & Pereira (2001) propõem que:

o trabalho em dupla favorece a emergência de novos significados e a convivência com as diferenças; o diálogo entre a dupla transcorre em um clima de transparência; não há a busca de consenso no diálogo da dupla; o convívio com as diferenças, entre os membros da família, fica facilitado pela própria convivência da dupla (p. 21).

O trabalho em dupla de atendimento é possível, também, de ser realizado na mediação de conflitos. Aloisio (1997) pondera que o trabalho em co-mediação deve almejar a complementaridade entre os integrantes da dupla e não a competição ou confrontação de pontos de vista. Dessa forma há a proposta de que o trabalho em dupla favorece uma ampliação do contexto, já que a maioria das situações de conflito envolve aspectos tanto emocionais quanto legais.

A partir dos atendimentos, os autores verificaram e sentiram a necessidade de conversar não só sobre o atendimento, mas sobre seu desempenho como terapeutas. Perceberam que, mais do que uma simples conversa sobre o entendimento do caso, seria importante um trabalho de construção da relação da dupla diante daquele sistema terapêutico. O processo de construção implicou em reconhecer e nomear quais jogos de linguagem são propostos pela família e pelos terapeutas, e como estes se sentiram tocados por essas narrativas; bem como identificar recursos dos terapeutas que proporcionaram a continuidade desse processo.

Este artigo tem como objetivos descrever como os terapeutas são afetados pelo sistema terapêutico constituído pelos terapeutas de campo, equipe reflexiva, docente supervisora e a família; fazer uma reflexão, articulando teoricamente, de como a relação da dupla de terapeutas foi se construindo diante desse contexto tendo como base um atendimento familiar.

Para a articulação desse trabalho, os autores privilegiaram alguns teóricos a partir de uma visão dita pós-moderna, mais no sentido de uma

posição de questionamento do que de negação quanto ao pensamento clássico determinista. Segundo Anderson (2010), “Em sua forma mais simples, o conceito pós-moderno se refere a uma crítica, não a uma era. Está relacionado a uma direção filosófica descontínua que se afasta radicalmente da tradição moderna em seu questionamento do discurso de uma só voz . . .” (p. 31). Em vez de seguir um único pressuposto dentre as várias linhas que surgiram com o pensamento pós-moderno, adotou-se um enfoque que tem como características o observador incluso no sistema, a possibilidade de diferentes descrições, a linguagem não-representativa, a inter e transdisciplinaridade. Segundo Anderson (2010), Lyotard sugere que não há uma grande narrativa de legitimidade na perspectiva pós-moderna, simplesmente é mais um entre muitos discursos. O pensamento pós-moderno, incluindo todas as suas variações, é apenas um tipo de crítica social, não existindo uma melhor teoria, descrição ou crítica social. Mais adiante Anderson (2010) pontua “o pós-modernismo promove a crítica social; de uma perspectiva pós-moderna, tudo está aberto para ser desafiado, incluindo o pós-modernismo” (p. 32).

A linguagem é uma habilidade natural do homem que se diversifica para atender a diferentes e ilimitados usos. O ser humano utiliza marcas e sons articulados com significado, na forma de palavras e sentenças que, quando estimulado, pode reagir linguisticamente (Araújo & Morgado, 2006).

De acordo com a nova maneira de pensar a linguagem, Wittgenstein (1975) propõe que não se deve perguntar sobre o significado de uma palavra, mas qual é o seu uso. O conceito de significação é equiparado ao de uso, como se verifica no parágrafo 43 das Investigações: “Pode-se, para uma grande classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 1975, p. 32).

Como assevera Condé (1993), o uso de uma palavra não está mais restrito à proposição, mas está inserido num contexto mais amplo; a significação de uma palavra é dada a partir de sua utilização em diferentes situações e contextos. Desse modo evita-se uma concepção essencialista, invariável, da linguagem como uma representação do mundo. Mais adiante Condé (1993) entende que o conceito de uso pode ser utilizado numa perspectiva mais abrangente, não somente às palavras, mas também aos gestos e atitudes, ou seja, “uso na definição das Investigações refere-se a um contexto excessivamente mais amplo do que um contexto verbal” (p. 83). A noção de jogos de linguagem formulada por Wittgenstein (1975) advém da enorme variedade de usos que se pode fazer da linguagem, ou seja, não há a linguagem, mas linguagens. E essa diversificada utilização

da linguagem, ou melhor, dos múltiplos usos dos jogos de linguagem, não apenas descritivamente, numa pluralidade de papéis e funções se constituem em verdadeiras formas de vida como se pode verificar em trechos dos parágrafos 7 e 23, respectivamente, das Investigações Filosóficas em Wittgenstein (1975): “Chamarei também de ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada” (p. 16); “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (p. 22). Desta forma, o ser humano, ao realizar jogos de linguagem, estaria atribuindo diferentes significados de acordo com o contexto em que são utilizados.

Acerca da concepção de subjetividade, Morin (1996) assevera que “A noção de sujeito é uma noção extremamente controvertida. Desde o princípio, manifesta-se de forma paradoxal: é simultaneamente, evidente e não-evidente” (p. 45). E qualquer concepção da ideia de sujeito, de maneira empírica como um fenômeno lógico, deve “associar noções antagônicas: a exclusão e a inclusão, o seu, o ele e o se” (p. 55). Para isto seria necessário um pensar que se manifesta de maneira complexa, ou seja, tolerando a perspectiva de ideias paradoxais que podem conversar entre si (Morin, 1996).

Imersos nos jogos de linguagem, sentimentos e emoções, crenças emergem ao desempenharmos o jogo relacional de estar com o outro. Como podemos nos descrever enquanto sujeitos nesses jogos de linguagem? Nesse sentido, sujeito pode ser descrito com uma rede de crenças e desejos que se manifesta através da linguagem, como se verifica no trecho a seguir onde o filósofo Richard Rorty comenta um texto de Donald Davidson.

Davidson faz com que essas considerações holísticas funcionem da seguinte maneira: Ele identifica (não explicitamente, mas, se a leitura que faço dele está correta, tacitamente) ‘ser uma pessoa’ com ‘ser um conjunto coerente e plausível de crenças e desejos’. Então, ele destaca que a força de dizer que o ser humano às vezes se comporta irracionalmente está em que ele ou ela às vezes exibe um comportamento que não pode ser explicado por referência a um único conjunto de crenças e desejos. Finalmente, ele conclui que a razão de ser da ‘divisão’ do self entre consciente e inconsciente é a de que esse último pode ser visto como um conjunto alternativo, inconsistente com um conjunto familiar que nós identificamos com a consciência, ainda que suficientemente coerente internamente para contar como uma pessoa. Essa estratégia deixa aberta a possibilidade de que o mesmo corpo humano possa abrigar duas ou mais pessoas.

Essas pessoas entram em relações causais entre si, tanto quanto com o corpo cujos movimentos são provocados pelas crenças e desejos de uma ou de outra delas. Mas elas não têm, normalmente, relações conversacionais. Isto é, as crenças inconscientes de uma pessoa não são razões para uma mudança nas crenças conscientes dessa pessoa, mas podem causar mudanças nessas crenças conscientes, do mesmo jeito que certas partes do corpo podem (por exemplo, a retina, as pontas dos dedos, a glândula pituitária, as gônadas) (Rorty, 1997, p. 197).

Acerca de manifestações inconscientes da psique, Jung (1964) discorre que a investigação acerca dos sonhos permitiu aos pesquisadores observarem a existência de um aspecto inconsciente da psique apesar da negação dessa ocorrência por parte de alguns estudiosos. Nesse sentido, Jung (1964) pondera a respeito dessa negativa colocando que estes mesmos estudiosos “Argumentam ingenuamente que tal pressuposição implica a existência de dois ‘sujeitos’ ou (em linguagem comum) de duas personalidades dentro do mesmo indivíduo. E estão inteiramente certos: é exatamente isto que ela implica” (p. 23). Desta forma, o inconsciente pode ser acessado através dos sonhos, onde se manifesta não como um pensamento racional, mas com uma linguagem expressa de uma forma simbólica (Jung, 1964). O sonho retrata a situação interna do sonhador associado ao seu cotidiano não sendo um acontecimento isolado, mas uma expressão inconsciente da singularidade da psique a qual se manifesta como uma multiplicidade de pessoas, onde o significado é construído sem conceitos ou definições a priori, mas levando em conta a percepção de quem sonha como a experiência do terapeuta (Jung, 2008).

A partir dessas compreensões acerca do sujeito e entendendo o sonho como uma manifestação do inconsciente, mas que pode espelhar de uma forma simbólica uma ou mais características do sujeito que está atuando naquele contexto, os sonhos podem ser uma possibilidade de conversação entre o consciente e o inconsciente.

Ao longo dessa reflexão, considerações de alguns autores como W. Barnett Pearce, Gregory Bateson, Tom Andersen, Gianfranco Cecchin, Kenneth Gergen e Edgar Morin auxiliaram a explicitar e nomear com maior clareza algumas considerações. Dentre todos esses mencionados, destaca-se Pearce (1996) que enumerou algumas ideias que lhe foram úteis em suas pesquisas. Uma dessas reflexões é a de que nada tem significado fora do contexto, portanto a noção de contexto é de suma importância para entender como atuamos nas relações. Nas suas palavras: “Na minha teoria

da comunicação, utilizo de dois tecnicismos que podem ser úteis como marcos. Falo da força contextual (a prefigurada pelo contexto vigente) e da força implicativa (o que a ação realizada implica para o contexto)” (p. 180). Essa ideia foi utilizada no sentido de que força contextual seria o jogo de linguagem que se pratica no contexto que vigora e força implicativa seriam as falas e ações que interferem nesse jogo de linguagem podendo modificá-lo.

### **Desenvolvimento e articulação teórica**

O atendimento foi realizado em 2004 e a família era composta pela mãe Maria (M) e pelo filho de nove anos Zeca (Z) – nomes fictícios - que foram atendidos pelos autores como terapeutas de campo fazendo parte do atendimento curricular do curso de formação. Com formato de oito sessões quinzenais, gravação em vídeo contando com uma equipe reflexiva composta de três pessoas e de uma supervisora-docente que desenvolve uma interlocução clínica. As reuniões de supervisão eram realizadas sempre no horário anterior ao adentrarmos para a sessão de atendimento. A equipe reflexiva acompanhava o atendimento em outra sala através de filmagem em vídeo. Decorrido um tempo, combinado previamente, a equipe reflexiva trocava de lugar com os terapeutas e clientes para fazer suas reflexões sobre o que foi conversado entre terapeutas e clientes. Ocorre, então, a volta ao formato anterior onde os terapeutas perguntam aos clientes como foi escutar as falas da equipe reflexiva. As informações foram obtidas através de fitas de vídeo e de anotações feitas após cada sessão.

Os autores escolheram alguns trechos do atendimento (segunda e terceira sessões e antes de entrarem na quinta sessão) para ilustrar o processo de construção da dupla de terapeutas. Problemas na relação entre os terapeutas passaram a ser considerados a partir do momento em que algumas situações começaram a gerar uma tensão na dupla dentro da sessão. Situações em que a terapeuta (B) desenvolvia um caminho conversacional com os atendidos sendo que o coterapeuta (R) não se sentia inserido nessa conversa ou se sentia impedido no caminho que tentava desenvolver.

#### **Segunda sessão**

A sessão inicia-se com M relatando o desejo do filho de passar as férias com o pai.

M – O Z quer ir passar as férias com o pai no Maranhão, mas o pai não dá o endereço nem o telefone e assim não posso deixá-lo ir. Ele chora,

chora, chora dizendo que quer ir com o pai.

R – Você quer ir Z?

Ele não responde e M fala: – É difícil pra mim.

B – Pra passear? Pra que você quer ir até lá?

Z – É legal, tem cachoeira...

R – Você gosta de cachoeira?

Z – Gosto...

B – No lugar que ele mora, ele contou como era? E como ele falou pra você? Ele contou como era? O que ele contou que tinha lá?

Z – (não se entende o que ele fala)

B – Parecido com a terra da sua mãe?

Nesse momento, B faz várias perguntas ao menino para tentar obter uma resposta, mas ele não responde; B, então, dirige-se à mãe e continua a conversa. R acredita que B faz perguntas excessivas; fica incomodado e não se sentindo incluído e estando mais conectado com o menino do que com a mãe tentou desenvolver uma conversa com Z ao resgatar um assunto que poderia ser de seu interesse:

R – Você gosta de entrar embaixo da cachoeira?

Z fica em silêncio.

B, olhando para M – O que você imagina que pode acontecer lá?

M – Eu não sei, não tenho o endereço dele. Se ele quiser devolver o menino devolve se não quiser não devolve.

R, tentando se incluir nessa conversa – E a orientação da advogada?

M – Não deixar ir enquanto ele não der o endereço

B – E você explicou pro Z porque ele não pode ir?

M – É que o Z fica chorando de saudades e vai mexer muito com ele.

B – Z, conta pra mim como que é essa história de saudades?

Z - (não se entende o que ele fala)

B – Quando bateu a saudade?

Z - (não se entende o que ele fala)

B – Quando a mamãe conta que você não pode ir, você acha que pode esperar um pouco pra matar a saudade?

Z – Posso...

R – Você entende porque a mamãe fala que você não pode ir agora?

Z – Não...

B, interrompendo a fala de Z, olhando para M – E agora que ele não pode ir...e se você tiver toda a localização e o endereço, você acha que ele pode ir? M e B começaram, então, uma conversa acerca dessa questão do endereço.

Nesse instante R sentiu-se novamente incomodado por não poder

desenvolver um caminho de conversação com o menino, ao ser interrompido pela B no seu perguntar constante, provocando naquele uma irritabilidade. M e B continuaram a conversa sobre pensão, em M conta que o marido quer fugir para não pagar, que tem medo de deixar o filho lá e acredita que o pai pode não devolvê-lo mais. Enquanto isso, Z e R começaram um jogo que ele trouxe e enquanto jogavam conversavam. Neste momento, surgiram, até, conversas paralelas: Z e R conversavam no chão enquanto B dialogava com M ambas sentadas em cadeiras. Essa situação trouxe um incômodo, começando a evidenciar, nesse momento, uma tensão maior em R.

R aventava, também, uma hipótese, percebida na primeira sessão, acerca do pedido da família que, no seu ponto de vista, não foi considerada satisfatoriamente pela equipe na supervisão. Não se sentindo escutado ou legitimado, R ficou numa situação que contribuiu para aumentar seu desconforto na sessão. B, entretanto, que não tinha percebido a mesma hipótese de R, seguia caminho diferente da proposta de ação de R.

### **Terceira sessão**

A sessão inicia-se com M relatando a experiência na qual deixou o filho ficar com o pai por um período mais longo no passado.

M – O Z ficou traumatizado depois daquele período de treze dias que ficou com o pai e tive que entrar com pedido de busca e apreensão. E aí ele começou a ter esse jeito meio esquisito de mexer as mãos e ficar muito quieto.

R, olhando para Z – Como é que é isso para você Z? Você está escutando o que a mamãe tá falando? O que você acha?

B – Você fica preocupado com essas coisas que a mamãe fica preocupada?

Z – É que meu pai inferniza minha mãe.

B – E você fica preocupado com isso quando você fica sabendo dessas coisas que ele fala?

Diante do silêncio de Z, B fez mais duas perguntas a ele que se manteve calado. R incomodado, olhando para o Z, tentou conter B, através de sinalizações manuais, na intenção de fazê-la parar de falar como que disputando espaço para poder continuar na conversa.

O atendimento continuou com R perguntando ao menino:

R - Que que é infernizar pra você?

Z - A L (madrasta) puxa minha orelha.

B – Tá, mas isso faz tempo, faz tempo e isso te deixa triste?

B, olhando para M – A preocupação é essa que você estava falando?

B termina o assunto com M e, então, ocorre a entrada e saída da

equipe reflexiva.

R – Fala Z o que você achou do que elas disseram? Você escutou o que elas falaram lá na televisão?

Z – Legal...

R – Qual das três que você mais gostou?

Z – Da que falou de mim...

R – De você! O que você escutou do que elas falaram? Conta pra gente?

Z – Escutei muita coisa!

R – O que você escutou, conta pra gente?

B – Lembra quando ela falou: mamãe acha que você é tímido! O que você acha que é ser tímido? Você sabe o que é tímido?

Nesse momento novamente vem a sensação para R de disputa e de não se sentir incluído ao ser interrompido por B.

Z balança negativamente a cabeça.

B – M, você sabe o que é tímido?

A partir desse momento começou uma conversa sobre timidez em que M falou bastante. Nesta sessão o incômodo tomou uma dimensão mais significativa no instante em que R sinalizou gestualmente no intuito de conter a fala de B. Para R conotou-se um contexto de disputa (esta nomeação, pensada por R, mas não dita) e assim agiu para poder conquistar um espaço conversacional.

Para B não houve a sensação de incômodo, pois ela não se conectou com o desconforto gerado em R. Esse desconforto fez com que R fizesse um rápido comentário a B, após a sessão, sobre não se sentir incluído.

Os terapeutas de campo estavam neste atendimento seguindo uma ação conversacional baseada em buscas diferentes, sem se comunicarem entre si. Quando um falava, o outro esperava o momento para expor sua perspectiva, que muitas vezes era bem diversa. Assim, a sessão transcorria como se ambos percorressem caminhos diferentes, evidenciando a falta de diálogo, em que um não escutava o que o outro falava e suas falas raramente se complementavam – situação que poderia prejudicar o processo terapêutico.

Neste momento, algumas questões foram formuladas: quais eram as crenças dos terapeutas que os faziam desempenharem seus jogos de linguagem? Qual e como o jogo de linguagem proposto pela família os afetava? Qual e como o jogo de linguagem do terapeuta afetava o outro terapeuta? Qual era a força contextual que se configurava? Identificar e nomear essas afetações, esses jogos de linguagem, essa força contextual, esses convites, relacionados com a rede de crenças e desejos de cada um,

acionada no momento, poderia se constituir como uma força implicativa?

Na supervisão, todos os terapeutas da equipe discutiram sobre a necessidade de desconstruir a queixa e da identificação do pedido da família. No entanto, havia uma expectativa dos autores de que a equipe enfocasse de algum modo a questão da construção da relação da dupla de terapeutas de campo, da mesma forma que era tratado o caso em atendimento. Mas não se propôs analisar a relação da dupla de terapeutas no contexto do atendimento.

R se sentiu afetado pelo que achou ser um jogo de linguagem proposto por B e entrou numa disputa com esta, sendo a maneira que encontrou de participar do processo terapêutico, ou seja, sob a crença de que se deve conquistar espaço de conversação por meio da competição. Havia também a expectativa de que a hipótese (levada por R na supervisão, mas não desenvolvida) de que a mãe, M, buscava a terapia como cumprimento de uma ordem judicial, poderia ser incluída nas ampliações acerca da busca de identificação do pedido. R, ao perceber-se ignorado em suas ideias e, portanto, excluído – levando-se em conta, ainda, que estava sendo filmado e avaliado –, sentiu-se mais fechado em si mesmo, com a escuta menos disponível, convidado a uma postura adversarial, impositiva e agressiva.

Havia também a crença, entre os terapeutas, de que estes não poderiam discordar entre si dentro da sessão. No caso de simultaneidade de falas diferentes, significaria que uma delas deveria ser abandonada em detrimento da outra. Para B, atender famílias (e não individualmente), a filmagem, a gravação, a supervisão, o coterapeuta, a quantidade de atendimentos definidos a priori eram informações novas e diferentes demais quando comparadas à sua prática clínica. Todo esse processo acabou lhe gerando desconforto e ansiedade, aliados à convicção de que deveria ser responsável por todo o processo terapêutico. Exigindo de si mesma uma ação nesse sentido, buscando ser mais assertiva na conquista de um bom resultado, terminou por produzir um discurso contínuo na forma de perguntas. B descrevia-se como uma pessoa ansiosa na situação enfrentada, valendo-se dessa maneira de falar, por meio de excessivas perguntas, como forma de extravasar a pressão que sentia. Isso foi visto como necessidade de desempenhar a postura de especialista.

A partir desse contexto, o desconforto relacional foi exposto por R de forma mais enfática na supervisão (realizada antes da quarta sessão de atendimento). Ele não se sentia ouvido e precisava se expressar, conversar sobre a afetação gerada e relacionada às condutas terapêuticas. A nomeação de competição para o que ocorria na sessão foi uma hipótese levantada por R na supervisão, o que possibilitou aos terapeutas de campo

entrarem em contato mais direto com a questão, criando, porém, expectativa e ansiedade em R quanto às consequências que essa fala traria ao futuro da dupla. No entanto, essa hipótese não foi levada adiante pela supervisora docente nem pelo restante da equipe; o que tinha relevância era a identificação do pedido da família.

A hipótese de competição causou surpresa a B, mas esta sentiu-se curiosa para escutar e compreender o que R trazia, sendo algo muito diferente do que ela percebera até então. Foi uma fala tensa, mas B pôde se manter na conversação, que, ainda que não realizada na supervisão, foi levada adiante fora daquele ambiente. A respeito de manter-se no diálogo e continuar buscando descrições diferentes, Cecchin (1996) comenta que “A curiosidade é uma posição terapêutica que dá oportunidade para a construção de novas formas de ação e interpretação” (p. 220). Essa situação pode evidenciar dois recursos de B: a curiosidade e a manutenção do diálogo, apesar da situação adversa.

A fala de R foi um momento marcante para a dupla, configurando-se como, segundo Bateson (1991), “uma diferença que faz uma diferença” (p. 484), conotando-se como uma força implicativa – o que desencadeou nos terapeutas de campo a possibilidade de uma atitude mais colaborativa, levando-os a dar maior importância à tensão crescente que estava sendo gerada. Pode-se evidenciar nesta fala de R o recurso de tentar estabelecer uma proposta de diálogo aberto em que é possível a expressão dos sentimentos, aventando a possibilidade da outra parte sentir-se convidada a fazer o mesmo. Segundo Andersen (2004), algumas palavras, como no caso competição, ditas em determinado contexto “nos tocam e nos movem” (p. 23), indicando o forte significado do termo. Algumas palavras atingem tão intensamente quem as escuta, que o falante pode perceber a reação no outro, seja uma mudança fisionômica ou uma expressão do olhar. Quando Andersen (2004) afirma que “as palavras não são inocentes” (p. 24) entendemos que podem desencadear processos transformativos, como uma força implicativa, modificando o jogo de linguagem vigente.

No curso de formação, no que se refere às aulas teóricas, o conhecimento era co-construído com os alunos através de muito diálogo e reflexão. Essa forma de se relacionar os estimulou a experimentar essa possibilidade – diálogo reflexivo - na construção da relação da dupla. Deste modo, a ideia do diálogo reflexivo agiu como uma força implicativa e os terapeutas se dispuseram a fazer essa conversa fora da supervisão, que identificaram como força contextual pelo fato de que não havia a possibilidade de interlocução. A questão acerca da relação da dupla foi levada novamente, antes da quinta sessão, e não foi desenvolvida satisfatoriamente pela equipe.

Como uma bagagem, um recurso individual e ainda incógnito, existia a postura convergente de ambos diante de situações de desconforto: tomar decisões em conjunturas que se mostrem paralisantes, revelando potencialidades de iniciativa e de coragem de mudar. Havia, também, um processo embrionário, ainda não nomeado ou apropriado, de uma relação de confiança (comentada adiante) que poderia possibilitar uma ação conjunta, como de fato ocorreu. A consequência desse novo contexto foi questionar se a supervisão (realizada antes da quinta sessão) estava sendo útil – já que novamente a dupla de terapeutas não se sentira atendida em relação aos incômodos gerados e que interferiam no atendimento. Ou seja, a supervisão não estava dando suporte às inquietações dos terapeutas e a dificuldade de escuta por parte da supervisora perdurou até o final do caso.

Enquanto os autores esperavam os clientes, após a supervisão, para iniciar a quinta sessão, houve o seguinte diálogo entre R e B:

R – O que você achou da supervisão? Te ajudou?

B – Não sei, fiquei confusa!

R – Vamos fazer o que a gente acredita que deve ser feito?

B – Acho uma boa ideia, combinado!

B pôde escutar a fala de R validando seu questionamento. Houve, assim, uma legitimação das vozes abrindo espaço conversacional, o que acabou por se refletir nessa sessão. Puderam desempenhar sua ação como terapeutas de forma mais tranquila, pois desenhou-se a perspectiva da resolução do conflito entre R e B, o que foi sendo elaborado até o final do atendimento, na oitava sessão.

Puderam, com essa conversa, iniciar a conscientização ou identificação de suas posturas de competição (R) e ansiedade (B), mudar, conceber um caminho inusitado, irreverente e mais colaborativo. Para Cecchin (1996), “Adotar a posição de irreverência equivale a ser levemente subversivo com respeito a qualquer verdade reificada” (p. 223). Todo esse processo de questionamento, agindo como força implicativa, foi um disparador para a reflexão sobre o trabalho, promovendo o início de diálogo entre os terapeutas, sobre a relação enquanto dupla de atendimento. Ambos, então, puderam iniciar um caminho conversacional, com o intuito de transformar esse incômodo e possibilitar o surgimento de crenças, de cada um e até então inominadas, que produziram novos jogos de linguagem facilitadores desse desfecho. A partir dessas conversas puderam nomear e entender, como recursos, ações e falas importantes para a modificação do jogo de linguagem vigente.

Havia inicialmente, para os dois, uma disponibilidade interna, não mencionada, mas apropriada nesse processo, de que um atendimento em coterapia é inviável sem entendimento entre os terapeutas. Tinham

como projeto em comum o atendimento a famílias com a problemática de drogadição; nesse sentido o desejo de construir a relação da dupla foi que possibilitou a insistência em se manter a proposta de conversação. Acreditavam que era preciso conversar com o colega sobre as ideias, as emoções que emergiam e, ainda, sobre a atuação de cada um, sem críticas ou julgamentos; ou que, se assim ocorresse, se pudesse também conversar a respeito.

Fato importante e fundamental foi um sonho que R teve nesse período, após a quinta sessão, que o auxiliou a identificar e nomear de forma mais precisa uma característica de sua subjetividade. Resumidamente, sonhou com o personagem (P) de um filme onde este, na película, não entrava em disputa com seus parceiros e adversários em quaisquer que fossem as circunstâncias. No sonho, R estava em relações adversariais com várias pessoas e também com P, e este lhe dizia que não queria disputar com ele ou com qualquer pessoa. O sonho foi interpretado como uma forma de expressar simbolicamente uma característica da subjetividade do sonhador, ou seja, considerando que o sonho é a própria pessoa e que não deve ser separado desta. A partir desse sonho R pôde aceitar, perceber e se apropriar com mais clareza da crença de que, para se sentir incluído, deve disputar espaço com o outro; pôde entrar em contato, reconhecer e nomear essa pessoa interna. Ao se responsabilizar por essa sua característica, pôde se acalmar, abrandar sua influência em suas ações e pensamentos, o que trouxe uma diferença significativa para o processo de construção da dupla. Essa conscientização permitiu rever sua percepção do jogo de linguagem que pensou que B propunha e que se sentiu convidado a agir de forma competitiva. Assim, para R, o sonho ampliou sua escuta tanto interna quanto externa, como coloca Andersen (2002): “As falas externas são as realizadas com os outros e as internas são aquelas que a pessoa tem consigo mesma” (p. 157). Os sonhos podem, portanto, ser uma possibilidade de se estabelecer, de forma recursiva, a ideia de que podemos desenvolver um caminho conversacional que nos auxilia a entender, a clarificar certas crenças inconscientes que causam mudanças ou influenciam crenças conscientes.

A possibilidade dos terapeutas transitarem por um processo reflexivo conjunto, mais elaborado, deveu-se, também, a estarem disponíveis para escutar, não culpabilizando um ao outro pelo conflito. Gergen (1999) coloca que “a culpa mútua é um empecilho à responsabilidade relacional” (p. 35). Ao estabelecermos uma relação de culpa, estabelece-se uma relação de poder sobre o outro. Diz ainda Gergen (1999): “Ao culpar alguém, posiciono-me como alguém que sabe tudo e que é totalmente íntegro e você como

um ser com defeitos está sujeito a meu julgamento” (p.35). Ao transformar esse contexto de disputa em cooperação, pode-se manter na conversação, sair da culpa para a autorresponsabilização, resultando na dissolução dos mecanismos de poder de um sobre o outro.

Outro fator que colaborou para a construção da dupla foi a vivência do trabalho no FOT (Família de Origem do Terapeuta). Constituiu-se de um encontro realizado num fim de semana entre estudantes e docentes do curso de formação de Terapia Familiar e de Casal do Instituto Famíliae, e tem por objetivo promover uma reflexão sobre a história da família do terapeuta. Por terem participado do mesmo grupo, puderam se conhecer mais profundamente, o que possibilitou uma relação de confiança, fator fundamental para que viessem a transitar por terrenos mais difíceis. Essa experiência lhes proporcionou entrar em contato com a habilidade mútua de reconhecer recursos em si mesmo e no outro. Todo esse percurso descrito só poderia acontecer se estivessem seguros de que a conversa garantiria a preservação de sua integridade (Andersen, 2002). A perspectiva de haver confiança mútua pode promover a dissolução da disputa e do desejo de domínio, aceitando-se a noção de cooperação.

Após esse momento, do diálogo entre os terapeutas antes da quinta sessão, pôde-se conversar mais tranquilamente sobre como cada um se sentia no atendimento com relação à competição e à ansiedade e outros sentimentos. Assim, percebendo que essas conversas eram possíveis, puderam apropriar-se melhor desse recurso e da possibilidade de construir novas narrativas e novas descrições, passando a ver a relação de outra forma, abrindo-se à perspectiva de modificar estados paralisantes que pudessem estar causando dor e sofrimento. Puderam se conscientizar da importância de conversar abertamente sobre incômodos e diferenças e do quanto poderia ser útil para o atendimento e crescimento da dupla – apropriando-se, assim, do efeito da emoção e da mudança de ação pela identificação da emoção, das afetações, sensações e percepções do que acontecia no sistema, tanto no que se refere à problemática trazida pelos clientes quanto à tensão gerada entre a dupla. Como decorrência, decidiram incluir essas conversas nos futuros atendimentos. O avanço no processo de construção da dupla levou à inclusão dessas conversas nas sessões como uma possibilidade de oferecer novas descrições, narrativas ou um diálogo de diferentes vozes, consensuais ou não. A formação dessa confiança entre a dupla propiciou a liberdade de expressar e compartilhar sentimentos e ideias com os clientes – e poder oferecer a eles essas emoções, de forma respeitosa, tornou-se mais uma possibilidade de gerar reflexão e transformação de contextos paralisantes.

## Considerações finais

No início da trajetória como dupla de atendimento, a tensão gerada entre os terapeutas na sessão passou do diálogo tenso, que paralisava e desorganizava o atendimento, para o convívio com a multiplicidade de vozes, ao invés de sempre se construir consensos. Os diálogos reflexivos permitiram com que transitassem pelos incômodos gerados entre eles, e a base foi a legitimação do outro e a manutenção da própria conversação, por mais diferentes que fossem as percepções. Propuseram, então, para futuros atendimentos, compartilhar com os atendidos as conversas que geravam tensão durante o atendimento. Isso poderia se transformar em um exemplo de convivência com diferentes formas de descrever uma situação, não acarretando competição, mas um contexto colaborativo, incluindo diferentes vozes.

Uma possível contribuição desse trabalho é a utilização das teorias e práticas que tratam da relação terapeuta/cliente para a reflexão sobre a relação da dupla de atendimento. A descrição reflexiva desse trabalho foi importante para apropriação da construção desta relação tanto quanto dos fundamentos teóricos. Ao mesmo tempo em que se colocou a teoria em ação para a construção da relação entre os terapeutas no atendimento, também colocou-se a teoria em ação para a construção do processo de reflexão conjunta, ou seja, para escrever esse trabalho. O diálogo, a escuta e a reflexão foram parceiros constantes.

Este trabalho revelou que a construção da relação de confiança na dupla de terapeutas foi um marco importante e, ao se consolidar, permitiu que se transitasse por novas possibilidades no processo de atendimento terapêutico. A contribuição, relacionada à construção da relação de confiança, fica a cargo da percepção de cada um a propósito dessa experiência, sem afirmar que se deva tomá-la como regra para outras duplas, mas sim como possibilidade de reflexão a partir do que foi descrito por esta.

Todo esse processo - de construção da relação da dupla - evidenciou a importância de se desenvolver o recurso da identificação e nomeação da afetação provocada no terapeuta pelo sistema terapêutico, sendo uma possibilidade que pode contribuir para o desenvolvimento do trabalho de atendimento. Esse contato com o aprendizado e a prática possibilitou a reflexão a respeito de recursos advindos do histórico de vida dos terapeutas, como o cuidado profissional, a responsabilidade relacional, a predisposição para estar em conversas sinceras e abertas, a autorreflexão, curiosidade e a atenção aos jogos de poder. Pode-se pensar que alguns recursos que já traziam e que foram lapidados pelo percurso prático-teórico os ajudaram a crescer como terapeutas.

## Referências

- Aloisio, V. (1997). *Co-mediación: aporte emocional para fortalecer la relación con el otro*. Buenos Aires: AD-HOC S.R.L..
- Andersen, T. (2002). *Processos reflexivos*. Rio de Janeiro: ITF-RJ & NOOS.
- Andersen, T. (2004). A Linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica* 23, 19-26.
- Anderson, H. (2010). *Conversação, linguagem e possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia*. São Paulo: Roca.
- Araújo, N. B., & Morgado, N. (2006). A escuta terapêutica na interlocução clínica: Uma contribuição ao construcionismo social pelo viés do pragmatismo linguístico. *Nova Perspectiva Sistêmica* 26, 24-34.
- Bateson, G. (1991). *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Planeta-Carlos Lohlé.
- Cecchin, G. (1996). Construcionismo social e irreverência terapêutica. In D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 216-227). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Condé, M. L. L. (1993). *O problema da relação entre linguagem e mundo em L. Wittgenstein*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Gergen, K. J. (1999). Rumo a um vocabulário do diálogo transformador. In D. F. Schnitman & S. Littlejohn (Orgs.), *Novos paradigmas em mediação* (pp. 29-45). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jung, C. G. (1964). *O Homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Jung, C.G. (2008). *Ab-reação, análise de sonhos, transferência*. Rio de Janeiro: Vozes (Original publicado em 1971).
- Morin, E. (1996). A noção de sujeito. In D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 45-58). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Paiva, L. M. (1991). *Psicanálise de grupo: Grupanálise combinada, psicoterapia analítica de grupo e co-terapia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Pearce, W. B. (1996). Novos modelos e metáforas comunicacionais: A passagem da teoria à prática, do objetivismo ao construcionismo social e da representação à reflexividade. In D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 172-187). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rorty, R. (1997). *Ensaio sobre Heidegger e outros: Escritos filosóficos 2*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Sa Ingber, A. L., & Oliveira, E. R. (1983). Uma experiência institucional com um grupo de mães. *Informação Psiquiátrica* 4(2), 43-44.

- Souza, C. A. C., & Adad, M. A. (1989). Um estudo sobre os modelos de experiência de co-terapia em psicoterapia de grupo de casais. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 11(1), 27-31.
- Vicente, A. T., & Pereira, M. F. (2001). Terapia centrada no pedido e nos recursos: Um modelo de atendimento. *Cadernos de Familiaes IV*, 17, 17-23.
- Wittgenstein, L. (1975). Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Zavaschi, M. L., Salle, E., & Santis, M. B. (1990). Grupoterapia com adolescentes: Uma experiência de co-terapia. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul* 12(2), 121-5.

**Endereço para correspondência**

woisky@usp.br

Enviado em 17/01/2011

1ª revisão em 01/03/2012

Aceito em 19/04/2012